



Cópia:

Do acórdão proferido nos autos de Recurso de Amparo Constitucional n.º 15/2019, em que é recorrente **Eder Yanick Carvalho** e recorrido o **Supremo Tribunal de Justiça**.

TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

ACÓRDÃO N.º 25/2019

I – Relatório

1. **Eder Yanick Carvalho**, melhor identificado nos Autos do recurso de amparo n.º 15/2019, inconformado com o douto Acórdão n.º 26/2019, de 26 de junho de 2019, proferido em conferência pela Secção Criminal do Supremo Tribunal de Justiça, que indeferiu o seu pedido de *habeas corpus*, veio interpor recurso de amparo, com o pedido de adoção de medida provisória, ao abrigo do disposto no artigo 20.º n.º 1, alíneas a) e b) da Constituição da República de Cabo Verde, conjugado com o preceituado nos artigos 11º e 14º da Lei de Amparo, nos termos e com os fundamentos seguintes:

1.2. Tendo sido detido em flagrante delito, em 18 de julho de 2017, foi-lhe aplicada, no dia seguinte, 19 de julho de 2017, como de medida de coação, a prisão preventiva;

1.3. Finda a realização da instrução, foi acusado de ter praticado um crime de homicídio agravado, p.p. pelas disposições combinadas dos artigos 122.º e 123.º, alínea b) do CP e um crime de armas, p.p. pelo artigo 90.º, alínea d), da Lei n.º 31/VIII/2013, de 22 de maio;

1.4. Julgado e condenado na pena de 19 anos de prisão efetiva, mas não se conformando com a douta sentença, dela interpôs recurso, para o Tribunal da Relação de Sotavento, no dia 20 de julho de 2018, sem, no entanto, apresentar a respetiva motivação. Pois, no mesmo dia que interpôs esse recurso, requereu, junto do Tribunal *a quo*, cópias de ata de julgamento e o acesso aos autos do processo comum ordinário n.º 171/2019;

1.5. Apesar de não ter sido acompanhado da respetiva motivação, o recurso foi admitido pelo despacho de 26 de julho de 2018, o qual foi notificado ao mandatário do requerente no dia 29 de agosto de 2018;

1.6. No dia 26 de novembro de 2018, depois de ter sido notificado da subida do recurso para o Tribunal da Relação de Sotavento e perante o silêncio relativamente à solicitação de cópias da ata do julgamento para efeito de motivação do recurso, repetiu o pedido no sentido de se lhe facultar o acesso aos autos para que pudesse ter elementos para motivar o recurso que havia interposto (Cf. cópia do requerimento constante de fls. 26 dos presentes autos);

1.7. Mas o requerimento a que se refere a parte final do parágrafo anterior foi indeferido, conforme a cópia do despacho entranhada a fls. 35 destes autos;

1.8. A 20 de dezembro de 2018, o Tribunal da Relação de Sotavento, por Acórdão n.º 132/2018, decidiu não tomar conhecimento do recurso por falta de fundamentação, tendo dele sido notificado no dia 22 de janeiro de 2019, conforme cópia certificada constante de fls. 68 e 69 dos presentes autos;

1.9. Inconformado com a decisão, apresentou a reclamação, que foi recebida na secretaria desse Tribunal no dia 23 de janeiro de 2019, conforme a cópia autenticada constante de fls. 68 e 69 dos presentes autos.

1.10. Das informações prestadas pela Secretária do Tribunal da Relação de Sotavento sobre as vicissitudes dessa reclamação se infere que ainda não há uma decisão sobre a reclamação apresentada;

1.11. Por não ter sido notificado pessoalmente nem através do seu mandatário da elevação do prazo de prisão preventiva nem da decisão sobre a reclamação; por considerar que desde o dia 18 de julho de 2017 até à data em que decidiu apresentar o *habeas corpus* já se tinha passado mais de 20 meses; convencido de que a medida de coação que lhe foi aplicada se tornou ilegal pelo excesso de prazo de prisão preventiva, decidiu requerer *habeas corpus* junto do Supremo Tribunal de Justiça;

1.12. Porém, o requerimento no qual solicitara a concessão de *habeas corpus* e a consequente restituição da liberdade foi indeferido pelo Acórdão n.º 26/2019, de 26 de junho de 2019;

1.13. Por entender que o aresto objeto deste recurso violou o seu direito à liberdade, artigos 29.º, 30.º e 31.º, todos do CRCV; presunção da inocência, artigo 35.º da CRCV; c) contraditório, artigos 35.º, n.º 6.º da CRCV, 5.º e 71.º n.º 1 al. h) do CPP, veio requerer o amparo em apreço;

1.14. Requereu também que fosse decretada a sua libertação imediata a título de medida provisória;

1.15. Termina o seu arrazoadado e formula os seguintes pedidos:

“Ser admitido, por ser legalmente admissível, nos termos do art.º 20.º, n.º 1 e 2, da Constituição da República de Cabo Verde;

Ser aplicado a medida provisória e em consequência restituir o recorrente à liberdade, artigos 11º e 14º da Lei de Amparo;

Ser julgado procedente e, consequentemente, revogado o acórdão n.º 26/2019, datado de 26/06/19 do Supremo Tribunal de Justiça, com as legais consequências.”

1.17. Instruiu a sua petição de recurso com cópias de documentos pertinentes, como o requerimento em que solicitou a concessão do *habeas corpus*, o Acórdão n.º 132/2018, de 20 de dezembro do Tribunal da Relação de Sotavento e o Acórdão n.º 26/2019, de 26 de junho de 2019 do Supremo Tribunal de Justiça;

2. Cumprindo o estabelecido no artigo 12.º da Lei do Amparo, foram os autos com vista ao Ministério Público para emitir o parecer sobre a admissibilidade do recurso. Sua Excelência o Senhor Procurador-Geral da República emitiu o douto parecer constante de fls. 47 a 50 dos presentes autos, tendo feito doughtas considerações e, em síntese, formulou, essencialmente, a seguinte conclusão:

“Assim, perante esse quadro factual, estamos em crer que não se mostra, à primeira vista, violado o direito de liberdade do recorrente que pudesse justificar qualquer decisão provisória,

Por todo o exposto se conclui que:

Não há qualquer razão impeditiva da admissibilidade do presente recurso de amparo;

Inexiste fundamento para a adopção da medida provisória requerida.”

3. Notificada a entidade cuja decisão foi impugnada através do presente recurso, para, querendo, responder à matéria do incidente de adoção de medida provisória, optou pelo silêncio.

4. Já nesta instância, e por iniciativa do Relator, foram solicitados e encontram-se juntos aos autos os seguintes documentos:

- a) O processo Comum Ordinário n.º 171/2019, que correu seus termos no Tribunal Judicial da Comarca de Santa Cruz;
- b) Cópia da providência de habeas corpus n.º 29/19;
- c) Cópias autenticadas da reclamação que o recorrente apresentou junto do Tribunal da Relação de Sotavento, bem como as informações prestadas por escrito pela secretária do Tribunal da Relação de Sotavento.

É, pois, chegado o momento de apreciar e decidir da admissibilidade do recurso nos termos do artigo 13.º da Lei n.º 109/IV/94, de 24 de outubro.

II - Fundamentação

1. Nos termos do n.º 1 do artigo 20.º da Constituição da República de Cabo Verde, sob a epígrafe tutela dos direitos, liberdades e garantias:

A todos os indivíduos é reconhecido o direito de requerer ao Tribunal Constitucional, através de recurso de amparo, a tutela dos seus direitos, liberdades e garantias

fundamentais, constitucionalmente reconhecidos, nos termos da lei e com observância do disposto nas alíneas seguintes:

- a) O recurso de amparo pode ser interposto contra actos ou omissões dos poderes públicos lesivos dos direitos, liberdades e garantias fundamentais, depois de esgotadas todas as vias de recurso ordinário;*
- b) O recurso de amparo pode ser requerido em simples petição, tem carácter urgente e o seu processamento deve ser baseado no princípio da sumariedade.*

A garantia constitucional do recurso de amparo constitui uma das inovações que a Constituição cabo-verdiana de 1992 trouxe para a ordem jurídica nacional. Trata-se, por conseguinte, de um dos meios privilegiados de acesso dos particulares ao Tribunal Constitucional para a defesa dos direitos, liberdades, e garantias constitucionalmente reconhecidos como objeto de amparo.

Acompanha-se a análise de Manuel Carrasco Durán, citado por Catarina Santos Botelho na obra intitulada a Tutela Direta dos Direitos Fundamentais, Avanços e Recuos na Dinâmica Garantística das Justiças Constitucional, Administrativa e Internacional, Almedina, 2010, p. 217, quando diz que o recurso de amparo apresenta-se como um instrumento jurisdicional vocacionado para a proteção de determinados direitos fundamentais, cujo conhecimento se atribui ao Tribunal Constitucional, e que se caracteriza pelos princípios da subsidiariedade e excecionalidade.

O carácter subsidiário do recurso de amparo resulta da Constituição e da configuração da Lei n.º 109/IV/94, de 24 de outubro, ao estabelecerem o esgotamento prévio das vias de recurso ordinário como um dos pressupostos do recurso de amparo.

O seu carácter extraordinário traduz-se na necessidade de se estar perante uma violação real, efetiva e direta de um direito ou liberdade fundamental catalogado como suscetível de amparo.

O recurso de amparo está destinado unicamente à proteção de direitos fundamentais, pelo que está vedado ao Tribunal Constitucional conhecer de questões de legalidade ordinária conexas, como se depreende do teor literal do n.º 3 do art.º 2.º da Lei do Amparo.

Pois, no recurso de amparo não pode ser feito valer outra pretensão que não seja a de restabelecer ou de preservar os direitos, liberdades e garantias constitucionais referidos nos artigos anteriores.

A natureza excecional do recurso de amparo implica que a violação do direito ou liberdade fundamental não tenha encontrado reparação através do sistema de garantias normais, exigindo-se, por isso, que haja recurso prévio aos tribunais ordinários e o esgotamento dos recursos adequados.

Por conseguinte, associada à excecionalidade está a denominada subsidiariedade do recurso de amparo, que espelha com clareza o facto de este não ser uma via alternativa, mas uma via sucessiva de proteção de direitos fundamentais.

Antes de identificar e analisar os pressupostos e os requisitos do recurso de amparo e aferir se no caso vertente se verificam, importa consignar que o seu objeto não se identifica com qualquer ato de natureza legislativa ou normativa, como resulta expressamente do n.º 2 do artigo 2.º da Lei n.º 109/IV/94, de 24 de outubro.

1.2. Tratando-se de um recurso de amparo contra uma decisão do Supremo Tribunal de Justiça, importa verificar se existe alguma razão que possa impedir a sua admissão, atento o disposto no artigo 16.º da Lei n.º 109/IV/94, de 24 de outubro:

O recurso não será admitido quando:

a) *Tenha sido interposto fora do prazo*

De acordo com o disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 16.º da Lei do Amparo e do *Habeas Data*, o recurso não será admitido quando tenha sido interposto fora do prazo; e, nos termos do n.º 1 do artigo 5º da Lei do Amparo, *o recurso de amparo é interposto no prazo de vinte dias contados da data da notificação da decisão, sempre que a questão seja suscitada em processo que corre termos nos tribunais.*

O recorrente foi notificado do acórdão recorrido no dia 26 de julho de 2019.

Considera-se, pois, tempestiva a interposição deste recurso por ter sido apresentado na Secretaria desta Corte a 01 de julho de 2019, atento o disposto no número 1 do artigo 5.º da Lei do Amparo, conjugado com o disposto no n.º 2 do artigo 137.º do CPC, aplicável com as necessárias adaptações ex vi do artigo 1.º da Lei do Amparo.

b) A petição não obedeça aos requisitos estabelecidos nos artigos 7.º e 8.º;

i. Nos termos dos números 1 e 2 do artigo 7.º da Lei do Amparo:

“1. O recurso é interposto por meio de simples requerimento, devidamente fundamentado, apresentado na secretaria do Supremo Tribunal de Justiça.

2. No requerimento o recorrente deverá indicar expressamente que o recurso tem a natureza de amparo constitucional.”

Resulta cristalino da petição de recurso que o recorrente apresentou o seu requerimento na secretaria do Tribunal Constitucional e indicou de forma expressa que se trata de “*Recurso de Amparo*”.

Consideram-se, pois, preenchidos os requisitos previstos no artigo 7.º do diploma supramencionado.

ii. São requisitos da fundamentação vertidos no n.º 1 do artigo 8.º da Lei do amparo:

a) Identificar a entidade, o funcionário ou agente autor do acto ou da omissão referidos no n.º 1 do artigo 2.º e artigo 3º, bem como os interessados a quem o provimento do recurso possa diretamente beneficiar ou prejudicar, havendo-os;

b) Indicar com precisão o acto, facto ou a omissão que, na opinião do recorrente, violou os seus direitos, liberdades ou garantias fundamentais;

c) Indicar com clareza os direitos, liberdades e garantias fundamentais que julga terem sido violados, com a expressa menção das normas ou princípios jurídico-constitucionais que entende terem sido violados;

d) Expor resumidamente as razões de facto que fundamentam a petição;

e) Formular conclusões, nas quais resumirá, por artigos, os fundamentos de facto e de direito que justificam a petição.

2. A petição terminará com o pedido de amparo constitucional no qual se identificará o amparo que o recorrente entende dever ser-lhe concedido para preservar ou restabelecer os direitos ou garantias fundamentais violados.

Compulsados os autos, verifica-se que o recorrente atribuiu à Seção Criminal do Supremo Tribunal de Justiça a responsabilidade pela violação dos direitos fundamentais que indicou.

Na perspetiva do peticionário, a conduta da entidade recorrida traduziu-se no indeferimento do pedido de *habeas corpus* pelo Acórdão n.º 26/2019, de 26 de junho, com base nos seguintes fundamentos:

*a) “O arguido, no seu requerimento de interposição de recurso em momento algum explicou as razões pelas quais não apresentou a correspectiva motivação, quando, perante a situação prevalecente, de não lhe terem sido facultadas as cópias da acta conforme requereu, **poderia ter a alegado o justo impedimento junto do Tribunal que proferiu a decisão recorrida, de modo a abrir a via para a discussão da questão em sede de recurso, coisa que não fez**”.*

b) “Acresce que, tendo o processo permanecido na primeira instância após a admissão do recurso por cerca de quatro meses, não há notícia de que o arguido tenha insistido no pedido de cópias, só vindo a fazê-lo depois de notificação da remessa dos autos ao Tribunal de Relação”.

c) “Seja como for, constitui dado irrefutável que o recurso foi rejeitado pelo Tribunal da Relação, com inequívoco fundamento legal, a falta de motivação e o processo foi mandado baixar à instância”;

d) “Ora, em sede da providência de habeas corpus, isso constitui quadro factual fortemente persuasivo de que o arguido já não se encontra em prisão preventiva, donde não se pode afirmar que se está perante uma prisão ilegal por excesso de prazo previsto na lei”;

e) *“Pelos fundamentos expostos acordam os juizes do Supremo Tribunal de Justiça em indeferir o pedido habeas corpus, por falta de fundamento bastante”;*

f) *“Custas pelo requerente, com taxa de justiça que se fixa em 5.000\$00 (Cinco mil escudos).*

Segundo a opinião do impugnante, o acórdão recorrido violou o seu direito à liberdade sobre o corpo e as garantias constitucionais que lhe estão associadas, como a presunção de inocência do arguido e a garantia da não manutenção em prisão preventiva além do limite estabelecido na Lei, tendo invocado expressamente as normas onde se encontram alojadas esses direitos constitucionais: artigos 29.º, 30.º e 31.º/4 e 35.º/1 da CRCV.

A fundamentação do presente recurso, na qual se insere a parte relativa ao pedido para a adoção de medidas provisórias, apresenta-se relativamente extensa, apesar da exigência legal no sentido de se resumir as razões de facto e de direito que sustentam a petição. Porém, nada que não se compreenda no contexto em que se detalhou o percurso e as vicissitudes por que passaram os processos que deram origem ao presente recurso de amparo, com o fito de demonstrar o desacerto da posição vertida nas sucessivas decisões e convencer das razões que sustentam as pretensões do recorrente. Talvez por ter dado demasiada atenção aos detalhes de percurso, o impetrante não teve o cuidado de providenciar elementos com base nos quais o Tribunal poderia empreender uma análise autonomizada das condutas omissivas que indicou e as condutas ativas inerentes ao acórdão recorrido que, em abstrato, poderiam ter lesado algum direito, liberdade e garantia; um aspeto que seria decisivo a fim de permitir um juízo de admissibilidade nos casos em que o recorrente relaciona durante a sua peça um número indeterminado de condutas e apresenta genericamente um conjunto de direitos violados sem fazer a ligação correta entre a conduta e o direito violado e sem indicar qualquer elemento de conexão entre um e o outro, não fosse o facto de qualquer delas padecer do mesmo problema, como adiante se explicitará.

No que diz respeito à exigência de formulação de conclusões, nas quais se deve resumir, por artigos, os fundamentos de facto e de direito que justificam a petição, verifica-se que, apesar de as ter apresentado, não as resumiu como determina a lei. Mas isso não prejudicou a inteligibilidade da fundamentação.

Importa lembrar que nos termos do n.º 2 do artigo 8.º da Lei do Amparo: *“a petição terminará com o pedido de amparo constitucional no qual se indicará o amparo que o recorrente entende dever ser-lhe concedido para preservar ou restabelecer os direitos, liberdades ou garantias fundamentais.*

O recorrente pede que lhe sejam concedidos os amparos que se traduzem na sua soltura imediata, a título de medida provisória e seja revogado o *acórdão n.º 26/2019, de 26 de junho, do Supremo Tribunal de Justiça, com as legais consequências.*

É claro que a fundamentação vertida para a petição em análise não pode ser considerada como modelar. Mas isso não compromete irremediavelmente a sua inteligibilidade, pelo que se consideram presentes os requisitos previstos no artigo 8.º da Lei do Amparo. Aliás, em sucessivos arestos deste Tribunal, tem sido afirmado que o mais importante não é o rigor formal, mas, sim, a inteligibilidade do que se expõe e se requer.

Termos em que se deve prosseguir com o escrutínio sobre os pressupostos que se seguem.

c) O requerente não tiver legitimidade para recorrer

Adotando o conceito de legitimidade ativa recortado pelo n.º 1 do artigo 25.º do Código de Processo Civil, conjugado com o disposto no n.º 1 do artigo 4.º da Lei de Amparo, segundo o qual *“tem legitimidade quem tiver interesse direto em demandar, não se pode negar ao recorrente a legitimidade para interpor recurso de amparo contra uma decisão que, no seu entender, violou os direitos supramencionados.*

d) Não tiverem sido esgotadas, ainda, todas as vias de recurso

Conforme jurisprudência firme desta Corte a exigência do esgotamento de todos os meios legais de defesa dos direitos, liberdades e garantias e todas as vias de recurso ordinário estabelecidas pela respetiva lei do processo decorre da natureza excecional e subsidiária desse meio especial de proteção de direitos fundamentais amparáveis.

Por isso, o recorrente tem o ónus de demonstrar que a violação dos seus direitos fundamentais amparáveis não encontrou reparação no sistema de garantias ordinárias, como, aliás, resulta claramente do disposto no artigo 6.º da Lei do Amparo:

“O recurso de amparo só poderá ser interposto depois de terem sido esgotados todos os meios legais de defesa dos direitos, liberdades e garantias e todas as vias de recurso ordinário estabelecidas pela respetiva lei do processo.”

Na verdade, esta Corte Constitucional, através do Acórdão n.º 11/2017, de 22 de junho, publicado na I Série-n.º 42, do *Boletim Oficial*, de 21 de julho de 2017, considerou que o disposto na alínea c) do artigo 3.º da Lei do Amparo, deve ser apreciado e integrado no juízo de admissibilidade a ser feito em relação a cada recurso de amparo, designadamente para se preservar a subsidiariedade desse tipo de queixa constitucional, mas a abordagem a ser adotada deve ser temperada no sentido de garantir o acesso à justiça constitucional aos titulares de direitos, liberdades e garantias e, em simultâneo, salvaguardar o papel da jurisdição ordinária na preservação das posições jurídicas individuais fundamentais protegidas pela Constituição.

A partir desse Acórdão, o Tribunal Constitucional tem vindo a escrutinar especificadamente o disposto na alínea c) do artigo 3.º da Lei do Amparo, enquanto pressuposto de admissibilidade associado ao esgotamento das vias de recurso ordinário, sendo disso exemplo o Acórdão n.º 13/2017, de 20 de julho, publicado na I Série, n.º 47, do *Boletim Oficial* de 8 de agosto de 2017.

No caso em análise, à semelhança do processo no âmbito do qual foi proferido o Acórdão n.º 17/2019, de 04 de abril de 2019, publicado na I Série do *Boletim Oficial* n.º 46, de 24 de abril de 2019, há fortes razões para crer que ainda nem todos os órgãos competentes para apreciar a alegada violação do direito à liberdade sobre o corpo e as garantias constitucionais que lhe estão associadas, como a presunção de inocência do arguido e a garantia da não manutenção em prisão preventiva além do limite estabelecido na Lei e eventualmente conceder a devida proteção se pronunciaram sobre a conduta alegadamente lesiva de posições jurídicas subjetivas fundamentais do recorrente.

Senão vejamos:

O recorrente foi julgado e condenado pelo Tribunal Judicial da Comarca de Santa Cruz, mas não se conformando com a doughta sentença, dela interpôs recurso para o Tribunal da Relação de Sotavento, sem, no entanto, apresentar a respetiva motivação. Pois, no mesmo dia que

interpôs esse recurso, requereu, junto do Tribunal *a quo*, cópias de ata de julgamento e o acesso aos autos do processo comum ordinário n.º 171/2019;

Apesar de não ter sido acompanhado da respetiva motivação, o recurso foi admitido pelo despacho de 26. 07. 2018, o qual, foi notificado ao mandatário do requerente no dia 29 de agosto de 2018;

Depois de ter sido notificado da subida do recurso para o Tribunal da Relação de Sotavento, e perante o silêncio relativamente à solicitação de cópias da ata do julgamento para efeito de motivação do recurso, repetiu o pedido, tendo insistido no sentido de se lhe facultar o acesso aos autos para que pudesse ter elementos para motivar o recurso que havia interposto. (Cf. cópia do requerimento constante de fls. 26 dos presentes autos); mas o seu requerimento foi indeferido;

A 20 de dezembro de 2018, o Tribunal da Relação de Sotavento, por Acórdão n.º 132/2018, decidiu não tomar conhecimento do recurso por falta de fundamentação, tendo dele sido notificado no dia 22 de janeiro de 2019, conforme cópia certificada constante de fls. 68 e 69 dos presentes autos;

Inconformado com a decisão, apresentou reclamação e requereu que o processo fosse enviado à procedência e que o tribunal recorrido lhe facultasse cópia de ata de julgamento para que pudesse apresentar a motivação do recurso.

Das informações prestadas pela Secretária do Tribunal da Relação de Sotavento sobre as vicissitudes dessa reclamação se infere que, apesar de a reclamação ter sido apresentada desde o dia 23 de janeiro de 2019, até ao presente não há registo de que tenha sido decidida.

Portanto, é de se presumir que o acórdão reclamado ainda não transitou em julgado.

Significa que o recorrente teve a possibilidade de assinalar a dilação da decisão, de requerer a reparação de uma potencial violação do direito a obter uma decisão no mais curto prazo compatível com a natureza urgente de um processo com arguido preso, para, depois, na eventualidade de recusa de reparação, por omissão ou por ação, lançar mão do recurso de amparo. Mas não foi isso que aconteceu. O recorrente optou por acionar a providência de *habeas corpus*, a qual foi indeferida, sendo bem elucidativo o seguinte trecho constante do

acórdão objeto do presente recurso “*Nesta providência, dada a sua natureza expedita e urgente, o STJ não pode substituir-se às instâncias na apreciação dos factos nem para a decisão dos recursos pendentes, ...*”

O quadro factual descrito nos parágrafos antecedentes permitem concluir que o recorrente se precipitou, e, por conseguinte, não permitiu que todas as instâncias competentes pudessem pronunciar-se sobre a questão que ora traz ao conhecimento desta Corte. Veja-se, nesse sentido, o Acórdão n.º 13/2017, de 20 de julho, publicado na I Série, n.º 47, do Boletim Oficial de 8 de agosto de 2017, no âmbito do qual se firmou o entendimento de que sempre que possível é de se exigir que o recorrente demonstre ter invocado perante a instância recorrida a violação do direito alegadamente violado em termos perceptíveis, que tenha requerido a sua reparação e que a violação não tenha sido reparada.

No em dia em que o Tribunal da Relação de Sotavento decidir a reclamação, tanto o Ministério Público como o arguido poderão ainda recorrer para o Supremo Tribunal de Justiça, tendo em conta o disposto no artigo 470.º-C do CPP. Com efeito, das decisões proferidas pelo Tribunal da Relação cabem recurso para o Supremo Tribunal de Justiça, desde que não sejam irrecorríveis.

As decisões sobre matérias relacionadas com as medidas de coação restritivas de liberdade, máxime, a prisão preventiva, não são irrecorríveis, atento o disposto no artigo 437.º do CPP.

Portanto, ainda não se pode afirmar que os órgãos judiciais competentes para conhecerem e eventualmente repararem a alegada violação dos seus direitos fundamentais já se tenham pronunciado definitivamente no âmbito das respetivas jurisdições.

Vale dizer que, em relação ao direito à liberdade sobre o corpo e às garantias constitucionais que lhe estão associadas, como a presunção de inocência, e não manutenção em prisão preventiva além do prazo legal, ainda subsiste a possibilidade de se reparar a alegada violação.

Em relação às condutas ativas inerentes ao acórdão recorrido que, em abstrato, poderiam ter lesado algum direito, liberdade e garantia do recorrente, ainda que as tivesse indicado, seria legalmente impossível admitir o recurso nessa parte.

Pois, compulsados os autos da providência *de habeas corpus* n.º 29/2019, verifica-se que em nenhum momento se invocou nem se requereu a reparação de qualquer direito, liberdade e garantia cuja violação tivesse resultado diretamente do acórdão n.º 26/2019 e sobre a qual o Supremo Tribunal de Justiça pudesse debruçar-se e eventualmente conceder alguma proteção, antes de se franquear a porta do Tribunal Constitucional.

Este é daqueles casos em que se aplica perfeitamente a orientação sobre o esgotamento das vias de recurso ordinário estabelecidas na respetiva lei do processo constante dos Acórdãos n.º 11/2017, de 22 de junho, publicado na I Série do Boletim Oficial n.º 42, de 21 de julho de 2017 e n.º 13/2017, de 20 de julho, publicado na I Série, n.º 47, do Boletim Oficial de 8 de agosto de 2017, suprarreferidos.

Na verdade, o recorrente tem o ónus de demonstrar que a violação dos seus direitos fundamentais amparáveis não encontrou reparação no sistema de garantias ordinárias, como, aliás, resulta claramente do disposto no artigo 6.º da Lei do Amparo.

No processo em exame, a decisão recorrida foi proferida pelo Supremo Tribunal de Justiça, enquanto primeira e última instância comum competente para conhecer do pedido de *habeas corpus*. Por isso, era exigível que o recorrente alertasse essa instância da eventualidade de terem sido violados seus direitos, liberdades e garantias, requeresse a sua reparação, lhe concedesse um tempo razoável para a decisão e caso não decidisse ou tivesse recusado reparar uma potencial violação, poderia, então, solicitar amparo junto do Tribunal Constitucional. Veja-se, em sentido contrário, o Acórdão n.º 17/2019, de 04 de abril de 2019, publicado na I série do Boletim Oficial n.º 46, de 24 de abril de 2019, que admitiu um recurso relativamente a uma conduta atribuída ao Supremo Tribunal de Justiça, depois da recusa de reparação de um pedido dirigido a essa instância.

Fica, pois, demonstrado que não foi observado o pressuposto esgotamento das vias de recurso ordinário estabelecidas pela respetiva lei do processo, conforme o disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 3.º conjugado com a alínea d) do artigo 16.º da Lei do Amparo.

As condições de inadmissibilidade do recurso foram concebidas como pressupostos em que a falta de um deles determina a sua não admissão, a menos que seja aquele pressuposto

suscetível de sanção ou aperfeiçoamento, como é o caso da fundamentação, em que se confere ao recorrente a oportunidade de corrigir a sua petição de recurso.

A falta de esgotamento das vias de recurso estabelecidas pela respetiva lei do processo constitui um pressuposto insuprível e a prática deste Tribunal tem sido de escrutinar sequencialmente os pressupostos previstos no artigo 16.º, bastando a ausência de um para se determinar a não admissão do recurso.

Termos em que, sem que seja necessário escrutinar os demais pressupostos, se conclui que não se pode admitir o presente recurso de amparo, porque se considera que o recorrente não esgotou todos os meios legais de defesa dos direitos, liberdades e garantias e todas as vias de recurso ordinário estabelecidas pela respetiva lei do processo.

III - Medidas Provisórias

O recorrente requer que o Tribunal Constitucional adote medidas provisórias que se traduzam na sua libertação imediata e na injunção dirigida ao Tribunal da Comarca de Santa Cruz no sentido de lhe permitir o acesso aos autos para obter elementos necessários para o exercício do direito ao contraditório.

Porém, o conhecimento desse pedido fica prejudicado pela não admissão do recurso, aliás, em coerência com a orientação sobre a relação de dependência que existe entre a admissibilidade do recurso de amparo e o incidente de pedido para a adoção de medidas provisórias, fixada pelo Acórdão n.º 08/2019, de 14 de fevereiro, publicado no Boletim Oficial, publicado na I Série do Boletim Oficial n.º 28, de 14 de março de 2019, nos seguintes termos:

“Existe uma relação indissociável entre o recurso de amparo e as medidas provisórias...

*A relação de instrumentalidade entre o recurso de amparo e as medidas provisórias; o facto de as medidas provisórias serem legalmente tratadas como incidentes inerentes ao recurso pendente de decisão, a forma como o pressuposto *fumus boni iuris* é concebida em sede de medidas provisórias, não nos termos em que é aferido no processo civil, ou seja, de probabilidade séria de existência do direito, mas simplesmente de avaliar a sua presença à luz do juízo de viabilidade decorrente da alínea e) do artigo 16 dessa lei, e ao contrário das providências cautelares cíveis em relação às quais a lei processual civil prevê expressamente*

a possibilidade de se adotar medidas cautelares preventivas, ou seja, para evitar danos que possam ocorrer ainda antes da propositura da ação (Cf. o disposto no n.º 1 do artigo 350.º do CPC), a natureza excecional do recurso de amparo que implica que a violação do direito ou liberdade fundamental não tenha encontrado reparação através do sistema de garantias normais, exigindo-se, por isso, que haja recurso prévio aos tribunais ordinários e o esgotamento dos recursos adequados, associada à excecionalidade está a denominada subsidiariedade do recurso de amparo, que espelha com clareza o facto de este não ser uma via alternativa, mas uma via sucessiva, de protecção de direitos fundamentais, terão levado o legislador a conceber as medidas provisórias apenas como incidentes lite pendente.”

IV - Decisão

Nestes termos, os Juízes-Conselheiros do Tribunal Constitucional, reunidos em Plenário, decidem, não admitir o presente recurso de amparo.

Registe, notifique e publique-se.

Praia, 01 de agosto de 2019

João Pinto Semedo (Relator)

Aristides R. Lima

José Pina Delgado

ESTÁ CONFORME

Secretaria Judicial do Tribunal Constitucional, aos 06 de agosto de 2019.

O Secretário,

João Borges